

INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO BRASIL¹

Lenise Mondini²
Tereza Etsuko Rosa³
Muriel Bauermann Gubert⁴
Geni Satiko Sato⁵
Maria Helena D'Aquino Benício⁶

1 - INTRODUÇÃO

Segurança alimentar diz respeito ao acesso a alimentos em quantidade e qualidade suficientes para o alcance das necessidades nutricionais dos indivíduos, respeitando os aspectos culturais de cada povo, a fim de promover uma vida saudável e ativa (FAO, 1996).

A estratégia de promoção da segurança alimentar adotada pelo Brasil contempla a coordenação de políticas públicas e programas relacionados à segurança alimentar e nutricional seguindo duas linhas de ação que dizem respeito à garantia do acesso à saúde e alimentação adequada para os segmentos mais desfavorecidos da população e à inclusão destes grupos em atividades produtivas e econômicas, no sentido de implementar programas que estimulem e consolidem economias locais no auxílio à redução da pobreza (FAO, 2009).

A insegurança alimentar está fortemente relacionada à disponibilidade de recursos econômicos e sociais e, por décadas, vem se observando desvantagens sistemáticas das populações rurais frente às urbanas no que se refere à prevalência de pobreza no país (MONTEIRO, 1995; HOFFMANN, 1998; HOFFMANN; KAGEYAMA, 2007).

De modo geral, no Brasil, o grau de pobreza exibiu um significativo declínio ao longo da década de 1990 em consequência de importantes mudanças no campo da oferta de serviços educacionais e de saúde, além da ampliação do leque de programas destinados ao combate à pobreza. Com a regulamentação do atual plano de benefícios previdenciários dos trabalhadores rurais, todo indivíduo com idade igual ou superior a 55 anos, se mulher, e 60 anos, se homem, que comprovadamente tenha trabalhado no setor rural, passou a fazer jus a um benefício equivalente a 1 salário mínimo. Isso resultou na redução à metade da incidência da pobreza na área rural (CAMARANO; PASINATO, 2007).

Todavia, apesar dos avanços, a política social brasileira ainda não tem sido suficiente para alcançar reduções significativas no grau de desigualdade de renda no país (BARROS; CARVALHO, 2003).

Parece reunir-se, particularmente na área rural, dificuldades adicionais que geram baixa efetividade dos programas sociais, o que tem feito perdurar o elevado grau de pobreza nesse âmbito comparativamente ao urbano. Com a justificativa de que no meio rural a reforma agrária é a principal política distributiva, a educação não tem sido o foco das ações públicas determinantes das disparidades de renda em todo o país. Como consequência, nessa área, encontram-se os mais baixos graus de escolaridade entre a maioria da população pobre. Essa falta de capital humano tem sido apontada como preocupante, na medida em que, mesmo havendo distribuição de terra para os mais pobres, o nível de produtividade e renda necessário à expansão da produção agrícola poderia não ser alcançado (NEY; HOFFMANN, 2009).

Por outro lado, com o processo de globalização e em períodos de crise econômica, cada vez mais a população urbana pobre parece

¹Registrado no CCTC, IE-39/2010.

²Nutricionista, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: lenise@iea.sp.gov.br).

³Psicóloga, Pesquisadora Científica do Instituto de Saúde (e-mail: tererosa@isaude.sp.gov.br).

⁴Nutricionista, Professora Adjunta, Universidade de Brasília (UNB) (e-mail: muriel@unb.br).

⁵Engenheira de Alimentos, Doutora, Pesquisadora Científica do Instituto de Economia Agrícola (e-mail: sato@iea.sp.gov.br).

⁶Médica, Professora Doutora, Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo (USP) (e-mail: benicio@usp.br).

mais vulnerável às questões relacionadas à insegurança alimentar, não só no que se refere à disponibilidade e poder de compra de alimentos, mas também, à iniquidade de acesso a serviços públicos de saúde, apesar da maior disponibilidade de serviços básicos quando comparada à área rural (RUEL et al., 2010).

Embora os principais fatores sociodemográficos associados à insegurança alimentar sejam reconhecidos em nível nacional, este estudo tem por objetivo identificar a prevalência de insegurança alimentar e seus fatores associados nas áreas urbana e rural do Brasil no sentido de contribuir para a discussão do planejamento e implementação de ações direcionadas a essas áreas do país.

2 - METODOLOGIA

Trata-se de estudo descritivo, com análise de dados secundários, selecionados da Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios (PNAD) 2004, executada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), compondo uma amostra de 112.519 domicílios, cujos chefes têm 18 anos ou mais de idade declarada, em todo o Brasil (IBGE, 2006).

A mensuração de segurança/insegurança alimentar foi realizada por meio de inquérito domiciliar com aplicação de questionário junto a um adulto que soubesse responder sobre a alimentação da família.

O instrumento de coleta de dados denomina-se Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) com 15 perguntas referentes à experiência de insuficiência alimentar percebida nos últimos 90 dias que antecedem à entrevista. A condição de segurança alimentar pode ser classificada em quatro categorias: segurança alimentar e insegurança alimentar leve, moderada e grave correspondente à pontuação atribuída a cada domicílio, referente ao número de respostas afirmativas às perguntas da escala, diferenciada para domicílios com pelo menos um morador com idade inferior a 18 anos e domicílios com todos os moradores com 18 anos ou mais de idade (IBGE, 2006). Neste artigo, a situação de insegurança alimentar foi analisada em seu conjunto, ou seja, efetuando-se a somatória dos domicílios classificados em insegurança alimentar

leve, moderada e grave.

Os domicílios foram identificados segundo os níveis de insegurança alimentar nas grandes regiões do país, rendimento domiciliar *per capita* mensal, número de pessoas no domicílio, de escolaridade, gênero, idade e cor/raça do chefe da família, além do recebimento do benefício bolsa família. As análises foram realizadas para as áreas urbanas e rurais, separadamente, no intuito de estabelecer comparações.

As variáveis independentes foram analisadas como categóricas da seguinte forma:

- Região - Norte; Nordeste; Centro-Oeste; Sudeste; Sul*
- Gênero do chefe - masculino*; feminino
- Idade do chefe (em anos) - 18 a 40; 41 a 59; 60 ou mais*.
- Cor/raça - branco*; preto e pardo; indígena e amarelo, as quais foram agrupadas considerando o pequeno número amostral.
- Renda familiar *per capita* (em salário mínimo) - menor que 1/4; 1/4 - 1/2; 1/2 - 1; 1 ou mais*.
- Escolaridade do chefe (em anos de estudo) - menor que 1; 1 - 3; 4 - 7; 8 - 10; mais que 10*.
- Número de pessoas no domicílio - 1 - 2*; 3 - 4; 5 ou mais.
- Recebe Bolsa Família - sim, não*.

Os asteriscos assinalados correspondem às categorias consideradas de referência, ou de contraste com as demais categorias, das respectivas variáveis na análise multivariada.

A análise descritiva dos dados incluiu a distribuição de frequência dos domicílios de acordo com os níveis de insegurança alimentar nos estratos das variáveis sociodemográficas, levando-se em consideração o efeito do desenho da amostra, a qual foi definida da seguinte forma: o setor censitário foi a unidade primária de amostragem⁷, e o domicílio e as pessoas, as unidades sorteadas, no segundo e terceiro estágios, respectivamente; assim, a variabilidade introduzida, na segunda e terceira frações de amostragem foi corrigida por meio do cálculo de pesos amostrais que levaram em consideração o “número de unidades elegíveis de cada domicílio” e as porcentagens de “não resposta”, em cada setor censitário.

⁷Dados tabulados do Censo Demográfico de 2000 (IBGE, 2002).

As associações da variável de interesse (segurança/insegurança alimentar) com as demais variáveis foram verificadas por meio de teste de associação com correção para efeito do desenho (estatística "F"), adotando-se nível de significância de 5%. A variável dependente foi analisada como uma variável aleatória dicotômica, assumindo o valor 1 para a ocorrência do evento de interesse (insegurança alimentar) e o valor zero em caso contrário (segurança alimentar).

Para identificar a associação entre insegurança alimentar e as variáveis independentes, utilizaram-se as razões de prevalências (RP) obtidas por meio da técnica de regressão de Poisson (BARROS; HIRAKATA, 2003). Esclarece-se que na área da Epidemiologia em que se tem discutido estratégias apropriadas para análise de dados transversais, esta vem sendo considerada apropriada para produzir estimativas pontuais e por intervalos, principalmente quando a prevalência da condição de interesse é considerada elevada (FRANCISCO et al., 2008). Neste estudo, a opção pela razão de prevalência como medida de associação se justifica considerando o delineamento transversal do estudo, o desenho complexo do processo de amostragem, bem como a alta prevalência (> 30%) de insegurança alimentar observada.

Na análise bivariada, as variáveis independentes que apresentaram associação com a variável-desfecho (insegurança alimentar) com nível de significância de até 20% foram selecionadas para compor os modelos múltiplos elaborados para a área urbana e para a área rural, e permaneceram nos modelos finais aquelas com nível de significância de até 5% para os testes de Wald ($p < 0,05$). Todas as estimativas foram calculadas, levando-se em consideração o efeito do desenho da amostra, utilizando-se o programa para microcomputadores Stata 8.02 (módulo *Survey*) em todas as etapas da análise de dados.

3 - RESULTADOS

A tabela 1 mostra a prevalência de insegurança alimentar, de acordo com variáveis sociodemográficas, nas áreas urbana e rural do país. Regionalmente, a proporção de domicílios na condição de insegurança alimentar foi signifi-

cativamente maior nas regiões Norte e Nordeste do país, seja área urbana ou rural, com cerca de pelo menos a metade dos domicílios. A proporção de domicílios nesta condição reduz-se drasticamente na região Sul. Na comparação das áreas, observou-se que a situação de insegurança alimentar alcançou maior proporção nas áreas rurais de todas as regiões, com exceção da Sul.

Considerando-se o gênero do chefe do domicílio, a maior magnitude de insegurança alimentar observada em domicílios chefiados por mulheres foi estatisticamente significativa na área urbana, não sendo observado o mesmo na área rural.

Particularmente, quando se trata da idade do responsável pelo domicílio, verificou-se relação inversa com a prevalência de insegurança alimentar das famílias, em ambas as áreas ($p < 0,0001$). Entre os domicílios chefiados por adultos jovens (18 a 40 anos) a condição de insegurança alimentar foi encontrada em 36,32% e em 48,12%, na área urbana e na rural, respectivamente, enquanto entre os chefes com 60 anos ou mais de idade as prevalências caíram para 29,29% e 32,16%, nas mesmas áreas.

Tanto na área urbana quanto na rural, quando os chefes do domicílio eram da cor preta ou parda a condição de insegurança alimentar prevaleceu significativamente. Estas duas últimas características do chefe do domicílio (idade e cor) potencializam ainda mais as prevalências de insegurança alimentar na área rural.

Relação inversa foi verificada entre a prevalência de insegurança alimentar e o nível socioeconômico, aqui representado pela renda domiciliar *per capita* mensal e escolaridade do chefe do domicílio, tanto na área urbana quanto na rural (teste de tendência linear $p < 0,0001$). No entanto, na situação em que os rendimentos familiares eram inferiores a 1 salário mínimo *per capita*, as proporções de insegurança alimentar na área urbana foram de maior magnitude quando comparadas às da área rural.

A condição de insegurança alimentar apresentou relação direta com o número de pessoas no domicílio (teste de tendência linear $p < 0,0001$). Aproximadamente 50% e 60% dos domicílios, na área urbana e rural, respectivamente, apresentavam insegurança alimentar quando o mesmo era composto por cinco ou

TABELA 1 - Proporção de Domicílios em Insegurança Alimentar em Áreas Urbana e Rural, Segundo Variáveis Sociodemográficas, Brasil, 2004

Variável	Área urbana		Área rural	
	n.	%	n.	%
Região				
Norte	10.596	44,81	2.791	50,56
Nordeste	26.467	51,58	6.969	59,43
Sudeste	31.760	26,68	2.730	30,56
Centro-Oeste	10.823	31,12	1.622	29,72
Sul	16.149	24,23	2.612	19,35
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Gênero do chefe				
Masculino	66.884	30,90	14.415	42,91
Feminino	28.911	39,17	2.309	44,90
<i>p</i>		0,0000		0,1420
Idade do chefe¹ (anos)				
18 - 40	38.720	36,32	6.571	48,12
41 - 59	37.239	32,46	6.112	45,64
>=60	19.836	29,29	4.041	32,16
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Cor/raça				
Branco	48.760	23,79	6.686	30,68
Preto e pardo	46.376	45,59	9.972	52,95
Indígena e amarelo	653	22,71	66	35,43
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Renda familiar per capita (SM)¹				
< ¼	6.547	82,68	3.165	79,02
¼ - ½	13.344	67,49	4.151	56,98
½ - 1	23.284	43,33	4.494	34,38
>= 1	52.620	16,00	4.914	16,71
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Escolaridade do chefe (anos)¹				
< 1	13.013	54,58	6.215	53,29
1 - 3	12.449	44,81	3.997	45,95
4 - 7	26.673	37,70	4.625	34,49
8 - 10	13.882	31,58	1.000	29,40
> 10	29.590	15,48	863	18,96
<i>p</i>		0,0000		0,0000
N. pessoas / domicílio¹				
1 - 2	28.926	25,27	4.327	29,59
3 - 4	45.158	31,75	7.111	39,72
>=5	21.711	47,84	5.286	59,30
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Bolsa família				
Não	91.779	31,68	15.112	40,30
Sim	3.353	75,33	1.470	69,64
<i>p</i>		0,0000		0,0000
Total	95.795	33,29	16.724	43,02

¹Valor *p* para o teste de tendência linear =0,0000.

Fonte: Dados da pesquisa.

mais pessoas. Especificamente em relação ao benefício bolsa família, entre as famílias beneficiárias, 75,33% encontravam-se na condição de insegurança alimentar na área urbana e 69,64% na rural, contrastando com percentuais inferiores a 40% verificados entre os não beneficiados, confirmando que o auxílio é destinado às famílias que se encontram em pior condição de segurança alimentar.

Na tabela 2 estão apresentadas as razões de prevalências de insegurança alimentar, brutas e ajustadas, de acordo com as variáveis estudadas, e seus respectivos intervalos de confiança. Individualmente, em cada uma das áreas, todas as variáveis apresentaram-se estatisticamente associadas à insegurança alimentar, excluindo-se o gênero na área rural e cor/raça, na categoria "indígena e amarela", em ambas as áreas.

A força de associação das variáveis com a insegurança alimentar, em geral, tornou-se atenuada no modelo múltiplo, ajustado simultaneamente por todas as variáveis estudadas, sem, no entanto, perder a significância estatística, exceto a localização urbana das regiões Sudeste e Centro-Oeste, a variável idade na área rural, a condição de ser indígena ou da cor amarela e número de pessoas no domicílio, na área urbana e na rural.

4 - DISCUSSÃO

Embora a associação entre as variáveis sociodemográficas e a condição de insegurança alimentar tenha se mostrado semelhante nas áreas urbana e rural do país, merecem destaques, a partir das análises multivariadas, os principais fatores que se associaram de forma independente à condição de insegurança alimentar:

- domicílios cuja renda *per capita* correspondia a menos de 1 salário mínimo (SM), seja em área urbana ou rural, apresentando gradiente linear; de tal modo que, a condição de insegurança alimentar entre as famílias cujos rendimentos *per capita* eram inferiores a $\frac{1}{4}$ do SM superava em cerca de 3,5 vezes à das famílias com rendimentos *per capita* de 1 SM ou mais;
- domicílios, cujos chefes apresentavam baixa escolaridade, em ambas as áreas, apresentando gradiente linear; a condição de insegurança alimentar entre os domicílios cujo chefe tinha me-

nos de um ano de estudo, residentes em área urbana, superava em quase 2 vezes à dos domicílios cujos chefes apresentavam mais de 10 anos de estudo;

- famílias residentes nas áreas urbanas das regiões Norte e Nordeste e na área rural de todas as regiões (Norte, Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste) comparativamente à região Sul; especialmente os domicílios situados no Norte e Nordeste rural onde a condição de insegurança alimentar pode alcançar quase o dobro das famílias moradoras no Sul rural;
- domicílios cujos chefes eram mulheres e chefes da cor preto/parda apresentaram maior chance de estarem na condição de insegurança alimentar, cerca de 20%, seja na área urbana ou na rural.

A prevalência de insegurança alimentar foi maior na área rural do país (43,02% na área rural *versus* 33,29% na área urbana), conforme observado em outros estudos (SEGALL-CORRÊA et al., 2008; VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008).

Resultado de estudo sobre a desigualdade regional da renda no Brasil analisada por Pereira e Porto Júnior (2001) indica a não existência de um padrão de distribuição da renda *per capita* homogêneo entre regiões brasileiras, sendo que a população das regiões Norte e Nordeste não alcança os níveis de renda *per capita* médio do país. A distribuição díspar da renda reflete-se na desigualdade regional da pobreza e esses desequilíbrios são maiores nas áreas rurais (HOFFMANN, 1998).

Também na área rural, a condição de insegurança alimentar entre responsáveis pelo domicílio do gênero feminino e, também, os de cor preta ou parda, se mostrou com maior magnitude. De acordo com o Fundo Internacional para o Desenvolvimento Agrícola existem dois tipos de pobreza rural na América Latina, a estrutural e a transitória: a pobreza estrutural afeta principalmente as mulheres rurais, as comunidades indígenas e as minorias étnicas assentadas na área rural, caracterizando-se por níveis educacionais baixos e nulos, carência de recursos produtivos e falta de serviços básicos; a pobreza transitória afeta os pequenos produtores familiares, os quais são mais vulneráveis às crises econômicas, climáticas, sociais e políticas (WAQUIL; MATTOS, 2002).

TABELA 2 - Razões de Prevalências (RP) de Insegurança Alimentar nas Áreas Urbana e Rural, segundo Variáveis Sociodemográficas, Brasil, 2004

Variável	RP bruta (IC: 95%)		RP ajustada ¹ (IC: 95%)	
	Urbano	Rural	Urbano	Rural
Região				
Norte	1,8 (1,7-2,0)	2,6 (2,1-3,2)	1,2 (1,1-1,3)	1,8 (1,4-2,1)
Nordeste	2,1 (2,0-2,3)	3,1 (2,6-3,7)	1,2 (1,1-1,3)	1,8 (1,5-2,1)
Sudeste	1,1 (1,0-1,2)	1,6 (1,3-1,9)	1,0 (0,9-1,1)	1,3 (1,1-1,6)
Centro-Oeste	1,3 (1,2-1,4)	1,5 (1,2-1,9)	1,0 (0,9-1,1)	1,3 (1,1-1,6)
Sul	1,0	1,0	1,0	1,0
Gênero do chefe				
Masculino	1,0	1,0	1,0	1,0
Feminino	1,3 (1,2-1,3)	1,0 (0,98-1,1)	1,2 (1,2-1,3)	1,2 (1,1-1,2)
Idade do chefe (anos)				
18 - 40	1,2 (1,2-1,3)	1,5 (1,4-1,6)	1,1 (1,07-1,13)	1,1 (0,99-1,12)
41 - 59	1,1 (1,07-1,14)	1,4 (1,3-1,5)	1,1 (1,05-1,11)	1,0 (0,98-1,12)
>=60	1,0	1,0	1,0	1,0
Cor/raça				
Branco	1,0	1,0	1,0	1,0
Preto e pardo	1,9 (1,9-2,0)	1,7 (1,6-1,9)	1,3 (1,2-1,3)	1,2 (1,1-1,2)
Indígena e amarelo	0,95 (0,8-1,1)	1,1 (0,7-1,8)	1,0 (0,9-1,2)	0,9 (0,5-1,5)
Renda familiar per capita (SM)²				
< ¼	5,2 (5,0-5,4)	4,7 (4,2-5,3)	3,4 (3,3-3,6)	3,4 (3,0-4,0)
¼ - ½	4,2 (4,1-4,4)	3,4 (3,0-3,8)	3,0 (2,9-3,2)	2,7 (2,4-3,1)
½ - 1	2,7 (2,6-2,8)	2,0 (1,8-2,3)	2,2 (2,1-2,3)	1,8 (1,6-2,1)
>= 1	1,0	1,0	1,0	1,0
Escolaridade do chefe (anos)²				
< 1	3,5 (3,4-3,7)	2,8 (2,4-3,3)	1,9 (1,8-2,0)	1,6 (1,3-1,8)
1 - 3	2,9 (2,7-3,0)	2,4 (2,0-2,9)	1,7 (1,6-1,8)	1,5 (1,3-1,8)
4 - 7	2,4 (2,3-2,5)	1,8 (1,5-2,2)	1,6 (1,5-1,7)	1,4 (1,1-1,6)
8 - 10	2,0 (1,9-2,1)	1,5 (1,3-1,9)	1,5 (1,4-1,5)	1,3 (1,1-1,5)
> 10	1,0	1,0	1,0	1,0
N. pessoas/domicílio				
1 - 2	1,0	1,0	1,0	1,0
3 - 4	1,2 (1,2-1,3)	1,3 (1,2-1,4)	0,95 (0,93-0,98)	0,95 (0,9-1,0)
>=5	1,9 (1,8-1,9)	2,0 (1,9-2,1)	1,0 (0,99-1,0)	1,0 (0,97-1,1)
Bolsa família				
Não	1,0	1,0	1,0	1,0
Sim	2,38(2,29-2,46)	1,73(1,61-1,85)	1,13(1,10-1,17)	1,10(1,02-1,16)

¹RP ajustada para todas as variáveis listada na tabela.

²Valor de *p* para o teste de tendência linear <0,0001.

Fonte: Dados da pesquisa.

Embora o local de residência tenha apresentado maior efeito sobre a insegurança alimentar nas áreas rurais das grandes regiões, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, renda (entre ½ e 1 salário mínimo familiar *per capita*) e escolaridade (menos de um ano de estudo) apresentaram efeito levemente superior na área urbana, provavelmente indicando que o acesso ao alimento na área urbana depende quase que exclusivamente da renda salarial, tornando esta população particularmente vulnerável a alterações de preços e de renda (RUEL et al., 2010). Segundo a Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO), 97% da população urbana têm acesso a alimen-

tos via recursos financeiros contra 75% da população rural (FAO, 2008).

De acordo com os dados da PNAD (IBGE, 2006), cerca de 7,4 milhões dos agricultores familiares produziram alimentos para seu próprio consumo e destes 3,4 milhões trabalharam somente para essa finalidade. Especificamente nas regiões Norte e Nordeste do país, a produção alimentar para autoconsumo e disponibilidade de alimentos pela prática extrativista foram observadas como facilitadores da segurança alimentar (VIANNA; SEGALL-CORRÊA, 2008; YUYAMA et al., 2007).

Assim, os rendimentos na área rural podem estar subestimados, uma vez que não

consideram o valor da produção para autoconsumo e também porque o poder de compra do dinheiro difere nas áreas, urbana e rural (HOFFMAN, 1995).

Vale considerar que a intensa determinação da renda na ocorrência da insegurança alimentar, já observada por Hoffmann (2008) para o conjunto do país, é favorecida, inclusive, pela metodologia aplicada (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar - EBIA), que investiga a sua ocorrência sempre utilizando um referencial monetário (a falta de dinheiro, presente em todas as perguntas).

Apesar de no meio rural o recurso financeiro não ser o único meio de acesso ao alimento, a validação da EBIA no Brasil concluiu ser esse um instrumento válido para uso em domicílios urbanos e rurais (SEGALL-CORRÊA; MARIN-LEON, 2009). Há ainda que se considerar que em áreas rurais onde a modernização dos processos produtivos opera as formas familiares de produção que os tornam cada vez mais dependentes do comportamento de mercado, a exemplo da região Sul do país, o referencial monetário é de fato considerado (ANJOS; CALDAS; HIRAI, 2009).

Outra questão importante a ser ressaltada é que a EBIA mede a percepção da família em relação à sua condição de insegurança alimentar. Sampaio et al. (2006), em estudo com comunidades rurais, em São Paulo, verificaram

que a percepção de dinheiro suficiente e ficar sem nenhum dinheiro tem valores diferentes no meio urbano e rural. No meio rural, onde há relações baseadas em troca, ficar sem dinheiro não significa necessariamente não dispor de alimento naquele momento.

5 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

O elenco dos principais fatores associados à insegurança alimentar na área rural corresponde ao local de residência nas regiões Norte e Nordeste, cuja força de associação é superior à das correspondentes regiões em área urbana. Por outro lado, os valores de renda familiar *per capita* inferiores a ¼ do salário mínimo mais que triplica o “risco” das famílias à condição de insegurança alimentar, sejam em área urbana ou rural. Também a condição de insegurança alimentar das famílias, em área urbana, cujo chefe tinha baixa escolaridade foi quase o dobro quando comparada às famílias cujos chefes apresentavam escolaridade elevada.

Há que se considerar, portanto, os fatores sociodemográficos associados à insegurança alimentar nas áreas urbana e rural do país para a definição de prioridades e ajuste de medidas de controle do problema, adequando-as às necessidades locais.

LITERATURA CITADA

ANJOS, F. S., CALDAS, N. V., HIRAI, W. G. A dimensão rural da insegurança alimentar: transformações nas práticas de autoconsumo entre famílias rurais do extremo sul gaúcho. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 16, n. 1, p. 1-17, 2009.

BARROS, A. J., HIRAKATA, V. N. Alternatives for logistic regression in cross-sectional studies: an empirical comparison of models that directly estimate the prevalence ratio. **BMC Medical Research Methodology**, Vol. 3, Issue. 21, pp. 21-33, Oct. 2003.

BARROS, R. P., CARVALHO, M. **Desafios para a política social brasileira**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003. 17 p. (Texto para discussão, n. 985).

CAMANARO, A. M., PASINATO, M. T. **Envelhecimento, pobreza e proteção social na América Latina**. Rio de Janeiro: IPEA, 2007. 32 p. (Texto para discussão, n. 1292)

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS . FAO. **The state of food insecurity in the world. High food prices and food security: threats and opportunities**. Rome: FAO, 2008. 59 p.

FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS . FAO. **The state of food insecurity in the world: economic crises - impacts and lessons learned**. Rome: FAO, 2009. 61 p.

_____. **Declaração de Roma sobre a segurança alimentar mundial e plano de ação da cimeira mundial da alimentação**. Rome: FAO, 1996. (World Food Summit). Disponível em: <<http://www.fao.org/docrep/003/w3613p/w3613p00.HTM>>. Acesso em: 23 abr. 2010.

FRANCISCO, P. M. S. B et al. Medidas de associação em estudo transversal com delineamento complexo: razão de chances e razão de prevalência. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, São Paulo, v. 11, n. 3, p. 347-355, 2008.

HOFFMANN, R. Pobreza, insegurança alimentar e desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 159-172, 1995.

_____. **Distribuição de renda: medidas de desigualdade e pobreza**. São Paulo: Edusp, 1998. 280 p.

_____. KAGEYAMA, A. **Pobreza, insegurança alimentar e pluriatividade no Brasil**. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO E SOCIOLOGIA RURAL, 45., 2007, Londrina. **Anais...** Brasília: SOBER, 2007. Disponível em: <www.sober.org.br/palestra/6/1159.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2010.

_____. Determinantes da insegurança alimentar no Brasil: análise dos dados da PNAD de 2004. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.15, n.1, p.49-61, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

_____. **Segurança alimentar 2004**. Pesquisa nacional por amostra de domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2006. 140 p.

MONTEIRO, C. A. A. Dimensão da pobreza, da fome e da desnutrição no Brasil. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 195-207, 1995.

NEY, M. G., HOFFMANN, R. Educação, concentração fundiária e desigualdade de rendimentos no meio rural brasileiro. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 147-182, jan./mar. 2009.

PEREIRA, F. K. R., PORTO-JÚNIOR., S. S. Desigualdade regional de renda no Brasil: análise e previsão. **Estudos do CEPE**, Santa Cruz do Sul, v. 14, p. 29-52, 2001.

RUEL, M. T. et al. The food, fuel, and financial crises affect the urban and rural poor disproportionately: a review of the evidence. **Journal of Nutrition**, Bethesda, Vol. 140, Issue 1. pp. 170S-176S, January 2010.

SEGALL-CORRÊA, A. M. et al. Evaluation of household insecurity in Brazil: validity assessment in diverse sociocultural settings. En: **Memoria: artigos ganadores**. Santiago: FAO, 2008 pp. 81-101. Disponível em: <http://bvs.per.paho.org/texcom/nutricion/memredsan_3.pdf>. Acesso em: dez. 2009.

_____. ; MARIN-LEON, L. A Segurança alimentar no Brasil: proposição e usos da escala brasileira de medida da insegurança alimentar (EBIA) de 2003 a 2009. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v.16, n. 2, p.1-19, 2009.

SAMPAIO, M. F. A. et al. (In)segurança alimentar: experiência de grupos focais com populações rurais do Estado de São Paulo. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 13, n. 1, p. 64-77, 2006.

VIANNA, R. P. T., SEGALL-CORRÊA, A. M. Insegurança alimentar das famílias residentes em municípios do interior

do estado da Paraíba, Brasil. **Revista de Nutrição**, Campinas, v. 21, supl. 0, p. 111S-122S, jul./ago. 2008.

WAQUIL, P. D., MATTOS, E. J. Distribuição de renda no Rio Grande do Sul: um comparativo entre o rural e o urbano. **Ensaio FEE**, Porto Alegre, v. 23, n. esp, p. 621-644, 2002.

YUYAMA, L. K. O. et al. Segurança/insegurança alimentar em famílias urbanas e rurais no estado do Amazonas: I. Validação de metodologia e de instrumento de coleta de informação. **Acta Amazônica**, v. 37, n. 2, p. 247-252, 2007.

INSEGURANÇA ALIMENTAR E FATORES SOCIODEMOGRÁFICOS ASSOCIADOS NAS ÁREAS URBANA E RURAL DO BRASIL

RESUMO: Verificou-se a prevalência de insegurança alimentar (IA) e sua associação com fatores sociodemográficos nas áreas urbana e rural do Brasil. Trata-se de estudo descritivo com dados oriundos da PNAD 2004. A associação entre IA e variáveis independentes foi verificada mediante técnica de regressão de Poisson. A prevalência de IA foi de 33,3% na área urbana e 43,0% na rural. Os principais fatores associados a IA pouco diferem em sua natureza nas áreas urbana e rural. No entanto, observou-se maior força de associação da variável local de residência na área rural e das variáveis educação e renda na área urbana. As estratégias para garantir a segurança alimentar devem contemplar medidas não somente em nível nacional, mas também regional.

Palavras-chave: insegurança alimentar, área urbana, área rural, fatores sociodemográficos, Brasil.

FOOD INSECURITY AND ASSOCIATED SOCIO-DEMOGRAPHIC FACTORS IN BRAZIL'S URBAN AND RURAL AREAS

ABSTRACT: This study assessed the prevalence of food insecurity in urban and rural areas of Brazil and its association with socio-demographic factors. It is a descriptive study with data from PNAD 2004. The association between food insecurity and independent variables was assessed using Poisson regression techniques. Food insecurity prevailed in 33.3% of urban areas and 43.0% of rural areas. The main factors associated with food insecurity were similar in both urban and rural areas. However, a great effect of the variable place of residence in the rural area and the variables education and income in urban area was detected. Regional strategies should be considered for sustainable food security.

Key-words: food insecurity, urban area, rural area, socio-demographic factors, Brazil.

Recebido em 06/05/2010. Liberado para publicação em 18/02/2011.